

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2022 a 31/10/2022

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/16

135.2022	Sessão Ordinária - CD	05/10/2022-15:16
Publ.: DCD - 06/10/2022 -	Airton Faleiro-PT -PA	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Congratulações aos Deputados reeleitos e eleitos para a próxima legislatura. Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.121, de 2022, sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas, e às Emendas de nºs 1 a 24 apresentadas à matéria.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Arthur Lira, quero cumprimentar V.Exa. e os nossos colegas que foram reeleitos e dar as boas-vindas a quem se elegeu. Quero dizer que quem não se elegeu não deixa de ser liderança e que, portanto, o seu retorno é para dar continuidade aos seus ideais, à sua liderança e ao seu projeto político.

Sr. Presidente, permita-me tecer alguns comentários, com a permissão de V.Exa., antes de ir ao voto do Relator.

A medida trata de medidas sanitárias protetivas para povos indígenas.

É bom lembrar que esta Casa travou um grande debate em torno da importância da proteção dos povos indígenas no período da pandemia.

É bom lembrar que a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas, liderada pela Deputada Joenia Wapichana, puxou para si esse tema, fez com que o conjunto dos Parlamentares desta Casa entendesse a importância dessas barreiras protetivas, assim como a importância das forças de segurança dos Estados, e que a FUNAI tivesse condições de estabelecer o seu trabalho.

É bom lembrar que essa medida provisória já chega praticamente no fim da pandemia. E é bom lembrar também que, se ela está aqui hoje, isso é resultante da decisão do Supremo, que dizia que se fazia necessário estabelecer essas barreiras protetivas em benefício das populações indígenas.

Sr. Presidente, permita-me ir direto ao voto do Relator.

"Voto do Relator

II - Da admissibilidade

II.1. - Do atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que lhe segue, os fundamentos da urgência e da relevância justificam-se pelo decurso do termo definido no art. 6º da Medida Provisória nº 1.005, de 2020, o que justifica a relevância da proposta.

II.1.2 - Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Ademais, cabe ressaltar que o término da vigência da Lei nº 14.160, de 2 de junho de 2021, vem inviabilizando a atuação de forças policiais estaduais no apoio aos trabalhos da FUNAI na operacionalização das bases de proteção e barreiras sanitárias que controlam o acesso às terras indígenas com presença de povos isolados e de recente contato. Sem o devido amparo de um efetivo poder de polícia, algumas unidades de proteção serão desmobilizadas, impossibilitando as atividades de mitigação da propagação de enfermidades virais junto a populações altamente vulneráveis.

Assim sendo, no intuito de conferir segurança jurídica à situação, editou-se a medida provisória regulamentando integralmente a questão do pagamento de diárias a agentes de seguranças estaduais e distritais que atuarão na proteção do patrimônio público, servidores públicos e indígenas.

Quanto à constitucionalidade da matéria, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivo de natureza material da Carta Magna.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, consideramos as 24 emendas apresentadas constitucionais.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a Medida Provisória nº 1.121, de 2022, e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do direito, além de possuírem atributos próprios a uma norma jurídica: novidade, abstração, generalidade,

imperatividade e possibilidade.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1988.

II.1.3 - Da Compatibilidade e Adequação Financeira e Orçamentária

Quanto à admissibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.121, de 2022, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, não se vislumbrou desrespeito às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

II.2 - Do Mérito

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria, uma vez que busca manter a importante atuação das barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas, atendendo às determinações fixadas na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental/ADPF nº 709/2020 do STF, de modo a continuar efetuando o pagamento de diárias a agentes de segurança estaduais e distritais que atuarão na proteção das barreiras sanitárias.

As inúmeras ameaças registradas contra servidores e colaboradores da FUNAI que atuam na proteção de terras indígenas com presença de índios isolados e de recente contato justificam a necessidade de apoio contínuo das forças policiais de segurança pública. Afinal, importante viabilizar as atividades de mitigação da propagação de enfermidades virais junto a populações altamente vulneráveis.

As emendas apresentadas, apesar de terem justo valor, não têm como serem, no momento, amplamente discutidas da forma devida. Assim, por não se tratar do momento propício para o debate e por se desviarem do propósito específico e temporário da medida provisória original, propomos sua rejeição.

II.3 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

- a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.121, de 2022;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.121, de 2022, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista;
- c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida

Provisória nº 1.121, de 2022, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.121, de 2022, e

d.2) pela rejeição das emendas apresentadas."

Obrigado, Presidente.

Documento 2/16

135.2022	Sessão Ordinária - CD	05/10/2022-15:28
Publ.: DCD - 06/10/2022 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.121, de 2022, sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Começo parabenizando o Deputado Airton Faleiro por sua reeleição, que é o reconhecimento do valioso mandato que o povo do Pará nos oferta, oferta para todo o Brasil. Também quero parabenizá-lo pelo relatório.

Essa é uma medida provisória extremamente relevante. Digo que ela tem uma relevância, porque, primeiro, nós tivemos um projeto que foi aqui aprovado e foi vetado em vários aspectos. O Governo, no auge da pandemia, negava água potável para os territórios indígenas.

Aliás, a liderança indígena tem razão sobre o que diz desse Governo: "*Eles começaram a nos atacar pela caneta*". Ela se referia a todas as proposições contra os direitos dos povos indígenas, todas as proposições que estão nesta Casa e que buscam riscar, rasgar da Constituição o que está assegurado de direito aos territórios indígenas.

Há uma profusão de uma legislação contra os direitos dos povos indígenas. Ao mesmo tempo, está assim o orçamento ou a captura da FUNAI. O Presidente da FUNAI disse para os ruralistas desta Casa que estava modificando os cargos comissionados a serviço, ou atendendo aos interesses, do latifúndio.

Portanto, a FUNAI hoje tem uma política que não defende os direitos dos

povos indígenas. Por isso, o Governo vetou tantas proposições. E foi o Supremo que estabeleceu a necessidade de termos barreiras sanitárias de proteção aos territórios indígenas, esses territórios indígenas que o Governo busca entregar para o garimpo ilegal. No território ianomâmi, há 20 mil garimpeiros ilegais que vão deixando um rastro de muita tragédia e de muita morte.

Nós temos um Governo anti-indigenista neste País. Por isso aqui vão os nossos parabéns e as nossas homenagens aos servidores da FUNAI, que estão resistindo a esse assédio institucional, esse assédio organizacional que está em curso. A FUNAI, que deveria ter um maior número de funcionários, que deveria ter a priorização das suas atividades, o seu fortalecimento, hoje passa por um processo de assédio institucional, como está assediado o Estado.

O Governo quer colocar o Estado dentro de currais, quer colocar o Estado para ser utilizado ao bel prazer dos governantes.

Esse é o sentido da PEC 32, esse é o sentido da PEC 32.

Acho que todas e todos se lembram da boiada, da reunião ministerial, em que os cascos dos bois foram deixando as suas marcas na nossa pele. Também se lembram da fala do Presidente de que não iria admitir perseguição aos seus amigos e familiares.

Por isso, somos favoráveis a essa medida provisória, em que o Governo segue uma determinação do Supremo.

Documento 3/16

135.2022	Sessão Ordinária - CD	05/10/2022-15:36
Publ.: DCD - 06/10/2022 -	Perpétua Almeida-PCdoB -AC	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento à população do Estado do Acre pela votação recebida pela oradora nas eleições de 2022. Crítica às regras eleitorais aprovadas pelo Congresso Nacional prejudiciais aos candidatos de pequenas agremiações partidárias, razão da não reeleição da Deputada. Necessidade de revisão da legislação eleitoral para garantia do respeito à manifestação do eleitor nas urnas. Expectativa de aprovação de projetos de lei na presente legislatura. Votos de êxito aos Parlamentares reeleitos e eleitos para a próxima legislatura. Necessidade de garantia de vagas efetivas às mulheres no Parlamento.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu subo à tribuna hoje especialmente para agradecer ao povo do Acre, que, nas cinco eleições que eu disputei, colocou-me sempre entre as Deputadas mais votadas do Estado. Nas quatro últimas eleições, eu fui sempre a Deputada mais votada da nossa coligação ou da nossa Federação. Por duas vezes, fui a Deputada Federal mais votada da história do Acre. Nenhum Deputado Federal do Acre teve a alegria de ser o mais votado em duas eleições seguidas, e eu consegui. Agora, mais uma vez, eu fui a Deputada Federal mais votada da nossa Federação, da nossa coligação. E devo lamentar que, com as novas regras que esta Casa aprovou com o apoio incisivo dos grandes partidos, eu não estarei no plenário desta Casa na próxima legislatura. São regras injustas? Considerando que o Estado do Acre é um Estado pequeno e que mais de 100 mil votos para Deputado foram desconsiderados, jogados na lata do lixo, eu diria que são, sim, regras injustas, para retirar deste Plenário os partidos pequenos. Ora, três partidos cujos Deputados Federais, inclusive eu, tiveram mais votos do que outros Deputados que tomarão posse não estarão aqui presentes.

Eu faço um apelo a esta Casa e ao Presidente da Casa: precisamos olhar para as regras que nós mesmos criamos. No Acre, seis partidos poderiam ter eleito Deputados Federais, mas apenas três cumpriram as novas regras. Eu reafirmo: três partidos, inclusive o meu, tiveram Parlamentares Federais mais votados do que Deputados que tomarão posse.

Aí, eu pergunto: como fica o respeito à vontade do eleitor? Como fica o respeito ao voto do eleitor? Num universo tão pequeno de eleitores como o Acre, é certo você jogar fora e não computar 100 mil votos para Deputado Federal? Eu não consigo ver que este Parlamento está olhando para a vontade do eleitor.

Quando eu digo que agradeço ao povo do Acre, eu agradeço, sim, porque, nas quatro eleições que disputei, eu fui, nas quatro vezes, a Deputada Federal mais votada da nossa coligação. Agora, foi assim mais uma vez. Por duas vezes, fui a Deputada mais votada da história do Acre.

Nós criamos regras para retirar os partidos pequenos e os partidos médios do Plenário desta Casa. Então, Sr. Presidente, eu não posso reclamar do povo do Acre, pois os votos vieram. Eu só tenho que agradecer.

Eu quero aproveitar o apelo que faço ao Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, que está na Mesa, e aos Parlamentares da próxima legislatura para fazer um pedido: é preciso respeitar a vontade do eleitor; é preciso respeitar o voto do eleitor. Nós precisamos garantir que todos os votos que foram para a urna sejam, de fato, contabilizados e respeitados. É preciso rever o que foi votado nesta Casa. Eu espero muito que, se não ainda nesta legislatura, na próxima legislatura, tenham a capacidade de fazer esse debate com muita franqueza e com muita tranquilidade.

Eu gostaria de pedir também que, ainda nesta legislatura, nós sejamos capazes de aprovar o pagamento e a garantia do piso nacional da enfermagem, porque já aprovamos as regras. É preciso fazer com que o dinheiro chegue ao bolso de todos os enfermeiros, de todos os técnicos, de todos os auxiliares e de todas as parteiras, conforme aprovamos em lei.

Eu gostaria de ver também aprovado nesta Casa o meu projeto e de outras colegas Parlamentares para que o cuidado materno sirva como contagem de tempo para aposentadoria. Em muitos momentos em reuniões no Acre, eu perguntava aos homens: o que as suas esposas fazem em casa, cuidando dos filhos, da casa, lavando, passando, é trabalho ou não é? E todos eles respondiam: "*Sim, Deputada, é trabalho. Criar filhos é trabalho*". Então, se é trabalho, por que não agimos como a Argentina e reconhecemos esse trabalho como contagem de tempo para aposentadoria das mulheres? Eu gostaria muito de ver aprovado esse projeto de lei.

Eu gostaria de ver aprovado também o projeto de lei de minha autoria que devolve aos profissionais da educação o tempo de serviço que o Presidente Bolsonaro lhes retirou durante a pandemia. Não é justo com a educação. Os profissionais da educação trabalharam durante a pandemia e não poderiam perder o tempo de serviço. Não poderia ser roubado o tempo de serviço do pessoal da educação, e o Presidente Bolsonaro roubou. Então, eu gostaria muito de ver aprovado o nosso projeto de lei.

Acima de tudo, eu gostaria de ver, ainda nesta legislatura, a capacidade do Parlamento brasileiro de se indignar. Nós aprovamos aqui a proibição da cobrança de bagagem em viagens aéreas, assegurando o direito do viajante de despachar gratuitamente pelo menos uma mala de 23 quilos em voos nacionais e de 25 quilos em voos internacionais, mas o Presidente Bolsonaro vetou. Então, eu gostaria muito que, ainda nesta legislatura, tivéssemos a capacidade de derrubar o veto do Presidente Bolsonaro.

O Presidente Bolsonaro concorda que as empresas cobrem pela mala despachada, mas este Congresso — Câmara e Senado — aprovou a proibição da cobrança. É preciso respeitar essa votação. Quase por unanimidade, esta Câmara dos Deputados e o Senado proibiram a cobrança de bagagem.

Queridos colegas Parlamentares, ainda tenho 3 meses de convivência com as senhoras e com os senhores. Para mim, foi uma honra muito grande estar por quatro mandatos nesta Casa, sendo sempre bem votada e aqui trazendo e abraçando as causas do povo do Acre e do Brasil.

Eu desejo um excelente mandato e uma excelente legislatura para todos os colegas. Parabenizo todos aqueles que conseguiram voltar e todos aqueles que conquistaram o seu primeiro mandato.

É preciso fazer com que esta Casa, primeiro, garanta a participação de mais mulheres efetivamente, com, no mínimo, 30 cadeiras e não apenas 30 vagas

nas chapas. É preciso que se respeite a vontade do eleitor.

Muito obrigada, Sr. Presidente, colegas Parlamentares.

Documento 4/16

136.2022	Sessão Ordinária - CD	10/10/2022-15:44
Publ.: DCD - 11/10/2022 -	Jorge Solla-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Solidariedade ao Deputado Luis Miranda pela apresentação de denúncia de irregularidades na compra de vacinas contra a Covid-19. Ocorrência de escândalos de corrupção no Governo Jair Bolsonaro. Necessidade de investigação de denúncias de fraudes e contratos superfaturados no âmbito da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. Utilização de recursos do chamado orçamento secreto para compra de votos de Parlamentares a favor do Presidente da República e seus aliados. Confiança na eleição do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Primeiro, quero me solidarizar com o Deputado Luis Miranda, cuja atuação foi muito importante na denúncia da corrupção na compra de vacinas pelo Governo Bolsonaro. Acho que todos nós reconhecemos a luta que ele teve, a ousadia dele e de seu irmão de enfrentarem essa máquina de corrupção que é o Governo Bolsonaro.

O Governo Bolsonaro vai ficar marcado como o Governo mais corrupto da história, o Governo de maior capacidade destrutiva, que só se preocupa com a proteção da "família" e de seus asseclas. Não é por acaso que em inúmeras situações ele decretou sigilo de 100 anos em todas as provas que incriminavam seus filhos, seus asseclas, seus comparsas e ele próprio. Não é por acaso que ele tem uma Procuradoria-Geral da República que é só engavetadora, mas uma blindadora. É aquela que oculta a corrupção, que impede a investigação. Não é por acaso que ele controla a Polícia Federal, muda dirigentes, intervém nos órgãos de controle e de fiscalização.

O mais recente caso de corrupção, o mais recente escândalo é o cartel do asfalto. Empresas que fraudaram licitações de mais de 1 bilhão de reais no Governo Federal, segundo o Tribunal de Contas da União e a CODEVASF, sob controle do PP e do PL. Eu acho que temos até de parar de falar em

Centrão, porque essa palavra é como se não fosse ninguém, uma entidade imaterial. Quem controla com a CODEVASF são os Deputados e Senadores do PP e do PL, dos dois partidos de Bolsonaro, do partido de Arthur Lira, da turma que manda nos cofres e que é responsável pelo desvio, pela corrupção, em especial na CODEVASF.

Contra um parecer do próprio TCU, Bolsonaro liberou os contratos fraudados, superfaturamento tinha sido evidenciado, empresas de fachada tinham sido identificadas e a CODEVASF é o epicentro do escândalo do emendão. O emendão é o maior escândalo de corrupção da história da República, um roubo gigantesco de verbas públicas envolvendo centenas de agentes públicos. Não apenas a CODEVASF, mas o DNOCS e outro órgão também precisam ser investigados, porque por lá também estão passando milhões e milhões do emendão.

O que é o emendão? É o orçamento secreto, é o esquema de roubo que montaram. Olhem que círculo completo inventaram no Governo Bolsonaro. Coloca-se um grande volume de recursos — bilhões de reais — na LOA e quem decide o destino legalmente, em tese, é o Relator, mas, na verdade, quem manda, quem diz para onde vai esse dinheiro são os Presidentes da Câmara e do Congresso e, no Governo Federal, no Executivo, o Presidente da República. Esse dinheiro é usado na compra de votos aqui no Congresso para apoiar Bolsonaro, para impedir o *impeachment*, para aprovar a entrega da ELETROBRAS, para aprovar o desmonte da Previdência Social, para aprovar tudo que é contra o povo brasileiro. Tudo isso poderia ser evitado se não houvesse muita grana rolando aqui neste Plenário. Esses Deputados comprados para apoiar Bolsonaro colocam recursos nos Municípios para comprar Prefeitos e Vereadores. Esses Prefeitos e Vereadores, comprados com recursos do emendão, compram os votos dos eleitores para reeleger os Deputados do esquema do emendão. E aí fecha-se o círculo.

Muitos Deputados foram reeleitos graças às fortunas, aos caminhões de dinheiro que foram derramados. Só no DNOCS, na Bahia, houve Deputado que recebeu e indicou 40 milhões, 26 milhões, 30 milhões de reais em um único órgão. Foi assim com a CODEVASF. E não parou por aí. Lembram-se das barras de ouro do MEC? Barras de ouro do MEC! Lembram-se da corrupção na compra de vacinas e de medicamentos no Ministério da Saúde; dos tratores, equipamentos e ônibus com preços acima de valor de mercado; do asfalto com licitações fraudadas; das mansões, apartamentos, imóveis de milhões de reais comprados pela "família" com dinheiro vivo? Tudo começou com Bolsonaro roubando salários de assessores nesta Casa durante 27 anos. Estão lembrados disso? Ele passou a tecnologia para os filhos, da Câmara para a ALERJ, da ALERJ para os Ministérios, e tudo virou um mar de lama, de corrupção às escondidas, com o sigilo por 100 anos.

Gente, Lula vem aí! Dia 30, ele vai ser eleito e já disse que vai derrubar o sigilo de 100 anos.

Podem ficar com medo mesmo, Bolsonaro e "família", porque o povo brasileiro vai fazer vocês pagarem pela maior corrupção, roubalheira e morte que este País já sofreu!

Documento 5/16

136.2022	Sessão Ordinária - CD	10/10/2022-15:32
Publ.: DCD - 11/10/2022	Luis Miranda-REPUBLICANOS -DF	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não reconhecimento pelo eleitorado da atuação de Parlamentares a favor do povo brasileiro. Conclamação aos novos legisladores para rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Encaminhamento ao Presidente da República, pelo Parlamentar, de denúncia de corrupção na compra da vacina indiana Covaxin. Não reeleição do orador.

O SR. LUIS MIRANDA (REPUBLICANOS - DF. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputados e Deputadas, nosso povo brasileiro, após o primeiro turno das eleições, venho agora me manifestar aqui para registrar que aqueles que trabalharam muito e fizeram, de fato, pelo nosso País tiveram um reconhecimento praticamente nulo, porque nós tivemos uma eleição extremamente polarizada. Nessa eleição, quem era advogado do Bolsonaro ou do Lula foi reconhecido pela população. O bom trabalho, que abrange a execução e aprovação de projetos, o que faz o País dar certo de verdade, não foi reconhecido, ou melhor, aqueles que trabalharam para travar pautas que são extremamente negativas para o nosso País não encontram nos eleitores o reconhecimento. A exemplo disso está a PEC 32, que, passado o primeiro turno, já foi levantada de novo pelo Presidente Arthur Lira, que quer trazer essa abominação, que não é estruturante, mas desestruturante do serviço público do nosso País.

Venho clamar a todos os Parlamentares, aos que estão presentes até o último dia de janeiro e aos novos que irão iniciar o seu mandato em fevereiro do ano que vem, em 2023, que leiam bem do que se trata a PEC 32. Se falasse apenas em reforma administrativa, certamente eu votaria favoravelmente, se ela realmente estruturasse o poder público, o setor administrativo tanto do Executivo Federal como dos Estados e dos Municípios, que nós sabemos que é muito carente de atendimento à população, mas a verdade é muito pelo contrário. O que se pretende fazer com a reforma que aqui se encontra é exatamente tirar a estabilidade do servidor público, para que esses estejam nas mãos dos políticos e não tenham a coragem que o meu irmão teve de denunciar

ao ver corrupção. Até hoje, eu escuto a brincadeira de mau gosto dizendo: "*Você pagou o preço de ter mentido contra o Presidente*".

Deixem-me lembrá-los: eu fui o amigo do Presidente que, 3 meses antes de estourar a notícia na CPI, avisou a ele: "*Presidente, há corrupção, nós temos certeza, e será provada cedo ou tarde. A hora de o senhor agir é agora*".

Por algum motivo, alguém, segundo ele, internamente, do Ministério, disse que não havia nada. Conclusão: a CGU confirma que existe, sim, possível corrupção no contrato da Covaxin. Recomenda a suspensão do contrato. Assim foi feito. Recomenda a demissão dos envolvidos. Assim foi feito. Recomenda o cancelamento do contrato. Assim foi feito. O Ministério Público Federal investiga a Covaxin. Conclusão: denuncia, para que a Justiça tome as devidas providências em relação a todos os envolvidos, porque, segundo o Ministério Público Federal, existe, sim, corrupção.

Então, aqueles que combateram a corrupção falaram a verdade a todo momento, e a intenção nunca foi prejudicar quem quer que fosse, muito menos o Presidente, e sim salvar o nosso País de comprar uma vacina que não foi aprovada pela ANVISA, que até hoje nunca foi aprovada para ser utilizada no povo brasileiro. Se tivéssemos pagado... Hoje eu sei o que aconteceu naquele momento. Fazendo campanha em São Paulo, conversando com os empresários, eu fiquei sabendo o que aconteceu. O empresário que ganhou a licitação, o dono da Precisa Medicamentos, não tinha o dinheiro para fazer a importação, e o Brasil só iria pagar depois do recebimento da mercadoria. Não tendo o recurso, ele fez uma manobra interna dentro do Ministério, aliciando funcionários públicos, para que ele pudesse receber antecipadamente, através da *invoice* que foi apresentada e que o nobre Parlamentar Onyx Lorenzoni — que agora também pleiteia um cargo de Governador — tentou desmentir. Essa atitude, que, lá atrás, tentou desconstruir as testemunhas, tornou-se uma verdadeira perseguição e um caos para quem fez aquilo, e o Brasil ainda vai se lembrar disso.

Quando as eleições terminarem, no segundo turno, vocês vão se lembrar de quem estava do lado do povo e teve a coragem de colocar tudo em risco, inclusive sua reeleição, para fazer o que é certo. O certo pode não ser reconhecido hoje, mas certamente todos os funcionários públicos vão se lembrar das ameaças que foram feitas ao meu irmão e, principalmente, a este Parlamentar que aqui está presente, que não quis se converter a essa onda de polarização, tanto bolsonarista quanto para qualquer outro lado, e que permaneceu fiel à sua bandeira de combate à corrupção, combate à sonegação fiscal, defesa de uma reforma tributária, defesa da aprovação dos projetos, o primeiro em aprovação de projetos da Câmara dos Deputados, entre os cinco melhores Parlamentares do Legislativo, segundo o *Legisla Brasil*, e que, inclusive, foi parar na revista *Veja*.

Quer dizer, eu fiz tudo certo, só não fui populista, e o povo elegeu os populistas. Nós teremos 4 anos sofridos para o povo brasileiro, com pessoas

que sabem gravar vídeos, são bons influenciadores, sabem falar o que o povo quer escutar, mas não sabem o que o povo precisa. Só sabe o que o povo precisa aquele que estuda, aquele que se dedica e que faz o que é certo, porque o certo não faz curva.

Espero muito que, no segundo turno, os senhores acordem, porque a corrupção está, sim, presente nesse Governo de uma forma totalmente diferente, e que as urnas façam justiça a quem lutou por justiça a vocês e que o tempo reconheça que o Deputado Luis Miranda fez o que era certo. Protegi quem protege vocês todos os dias, os funcionários públicos deste País, as pessoas honestas e aqueles que acreditam que corrupção, independentemente de quem a pratique, não deve passar.

Obrigado a todos. E sucesso aos novos eleitos.

Documento 6/16

137.2022	Sessão Ordinária - CD	11/10/2022-15:20
Publ.: DCD - 12/10/2022	Erika Kokay-PT -DF	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Absolvição judicial do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Prática de corrupção pelo Presidente da República. Apoio do povo brasileiro à recondução do líder petista ao poder.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu penso que o Brasil está sendo vítima de um profundo negacionismo. Não estou falando do negacionismo pontual, que nega que a Terra é redonda, que nega a ciência, que nega, nega, nega pontualmente a realidade, mas de um negacionismo estrutural. Nega-se a própria realidade.

Aqui, está-se dizendo e se diz que é preciso que o Brasil continue nesse processo que ele está vivenciando. Eu tenho absoluta certeza de que nenhum Deputado eleito pelo povo, como foram os Deputados e Deputadas desta Casa, vem aqui defender esse desemprego, vem defender um Governo que provocou tantas mortes que poderiam ser evitadas, um Governo que todo o tempo trabalhou com a imunidade a partir do contágio coletivo, um Governo que se negou a dar o auxílio emergencial, porque queria empurrar as pessoas para as ruas, negava a proteção para as pessoas ficarem em casa.

Quando negou o auxílio emergencial, forçou as pessoas a irem para a rua. Nós



teríamos tido milhões de mortes se não tivesse havido a sensatez de tantos Estados e Municípios — milhões de mortes! — e a sensatez deste Parlamento, que aprovou o auxílio emergencial contra a vontade do Governo. Vendo que não poderia impedir o auxílio emergencial, o Governo quis reduzi-lo para 200 reais e depois vetou o auxílio emergencial de 1.200 reais para as mulheres que chefiam famílias monoparentais. Nós derrubamos o veto.

Este é um Governo genocida, um Governo que rasga todos os direitos, um Governo que ataca os direitos dos povos indígenas, um Governo que ataca os direitos das pessoas com deficiência, um Governo que ataca os direitos das mulheres, um Governo que vai rompendo a lógica de direitos e rasgando a Constituição brasileira. E vêm aqui alguns Parlamentares dizer que é preciso evitar que Lula ganhe, em defesa da democracia. Que acinte contra a inteligência do povo brasileiro!

Quem questiona a democracia chama-se Jair Bolsonaro, que, desde o primeiro dia de governo, está provocando, instigando e ameaçando as instituições. Faz isso desde o primeiro dia de governo. Este Presidente colocou tanques na rua para poder pressionar o Parlamento na votação do voto impresso. Ele também disse que não iria respeitar a Constituição. Diversas vezes falou isso. Este é o democrata? É isso? É este que está falando agora que vai aumentar o número de membros do Supremo porque quer um Supremo sob o seu controle e quer controlar o Estado para que o Estado lhe sirva e sirva aos seus familiares? Ele inclusive impõe ao Estado ou busca impor ao Estado a proteção contra investigações à sua família. Foi este que disse, naquela fatídica reunião ministerial, que não iria admitir que seus filhos e amigos pudessem ser perseguidos. É o Estado do compadrio. Este é o Estado democrático? Esta é a democracia, com um Parlamento que está sob a égide de um orçamento secreto, com uma lógica de corrupção profunda? São mais de 19 bilhões de reais que o povo brasileiro não sabe como estão sendo destinados. Esse é orçamento secreto.

E esses que vêm aqui dizer que Lula é corrupto dizem que Lula é corrupto em função de uma reforma no sítio e em função de uma reforma num triplex no Guarujá. Se essa é a acusação que eles fazem contra Lula, vale dizer que este é o maior atestado da inocência de Lula, porque o sítio não pertence a Lula, e eles sabem; o triplex não pertence a Lula, e eles sabem. Como é que alguém pode se beneficiar da reforma de um imóvel que não lhe pertence, que não é seu? E, aqui, esses ficaram absolutamente calados, numa cumplicidade vergonhosa, quando se desnudaram as togas e se percebeu que havia um profundo esquema para retirar Lula das eleições de 2018 e que não havia imparcialidade na condição de um juiz. Portanto, a toga vestiu a corrupção, porque, se não há imparcialidade na postura de um juiz, esse juiz é corrupto.

Nada disso foi objeto de qualquer reclamação. Nenhum deles questionou a corrupção no MEC, onde pastores, segundo o próprio Ministro, a mando de Jair Bolsonaro, decidiam onde seriam aplicados os recursos públicos e negociavam até barras de ouro. Nenhum deles questionou isso. Nenhum deles

questionou a corrupção na vacina. De forma absolutamente letal, o Presidente da República negava a vacina ao povo porque apostava na imunidade coletiva através do contágio. *"E que se dane a vida do povo brasileiro"* era o que dizia, e ainda diz, o Presidente da República. E em nenhum momento esse Presidente ofereceu qualquer tipo de solidariedade às famílias que perderam seus entes queridos. Retumbam nos nossos ouvidos o *"E daí? Eu não sou covão"*, assim como a imitação acintosa, cruel de uma pessoa sem oxigênio.

Em janeiro, fevereiro e março de 2021, não havia auxílio emergencial neste País. Sabe o que acontecia nesses meses? O Amazonas entrava em nossas casas, as pessoas carregavam tubos de oxigênio em carrinhos de bebê, em carrinhos de supermercado, para salvar seus entes queridos, enquanto a representante do Ministério da Saúde oferecia cloroquina para o povo, remédio ineficaz para o combate à COVID.

E esses vêm aqui falar que Lula é corrupto porque houve uma reforma em dois imóveis, sendo que nenhum deles é de propriedade do Lula? E negaram-se aqui a falar de um esquema que assustou a democracia e o mundo, o esquema que uma toga utilizou para perseguir Luiz Inácio Lula da Silva e retirá-lo da eleição de 2018. Compararam Lula com a Coreia do Norte, com a União Soviética.

O povo brasileiro vivenciou 8 anos de Governo Lula, período em que houve pleno emprego, em que não foi retirado nenhum direito do povo, em que o Brasil foi livre da fome, em que o filho de trabalhador pôde ser doutor, em que menino segurava enxada em uma mão e diploma na outra mão, em que o Brasil foi mais igualitário. Aí vem aqui outra Parlamentar e diz: *"Não votemos em Lula, porque não é tão importante eliminarmos as desigualdades"*. As desigualdades têm que ser enfrentadas neste País. Este País não pode ser um lugar onde poucos ganham muito, e muitos ganham tão pouco. Nenhum deles aqui falou que não houve ganho real no salário mínimo, que houve aumento do desemprego, que a inflação arrancou o alimento da mesa do trabalhador brasileiro, que esse é o Governo da fila do desemprego, da fila da saúde, da fila do osso — do osso! —, da fila do CRAS. Quanta insensibilidade com a dor do povo brasileiro!

É essa dor do povo brasileiro que Lula sente e se compromete a superar. Isso porque Lula sai das entranhas da fome para tirar o Brasil da fome; sai da sede e da seca para poder construir os meios para o Brasil viver sem seca, ou melhor dizendo, para conviver com dignidade sem penúria e sem dor com a seca.

Por isso, nós estamos aqui para dizer que o povo brasileiro tem mostrado que não vende o seu voto; que aumentar o auxílio emergencial, que acabará no próximo dezembro, não compra o voto do povo; que o Auxílio Brasil não compra o voto do povo brasileiro.

O povo brasileiro vai de Lula, e vai de Lula em defesa própria, e vai de Lula em defesa da democracia. Em 8 anos de Governo Lula, nunca tivemos as instituições ameaçadas, nunca tivemos esse que diz: *"Vamos aumentar o*

número de Ministros no Supremo, para que eu possa dominar o Supremo". Isto foi dito: "Se o Supremo se comportar, eu não vou aumentar o número. Mas, se não se comportar, eu vou aumentar o número de Ministros no Supremo". Isso é para que o Presidente possa controlar o Supremo. E ainda diz: "O Congresso eu domino".

Vejam, é o autoritarismo, é a lógica absolutista, é a ditadura! É ditadura de quem quer calar a imprensa, de quem ataca jornalistas, de quem ameaça os movimentos sociais e de quem acha que pode dominar o Supremo, pode dominar o Parlamento e pode ser o senhor absoluto deste País.

Nós, o povo brasileiro, vamos dar uma resposta. No próximo dia 30 de outubro, nós vamos votar em nome de quem já se foi e lutou por um Brasil mais justo, nós vamos votar em nome de tantos exemplos que o Brasil tem de pessoas que tentaram romper a lógica da desigualdade, da desumanização simbólica e literal que este Brasil comete. E nós vamos votar em nome de quem ainda vai chegar, em nome dos nossos meninos e meninas. Nós vamos colocar Lula de volta para governar este País, o povo brasileiro. E vamos fazê-lo porque este Brasil não merece sofrer o que tem sofrido.

Este País alimenta por volta de 800 milhões de pessoas no mundo inteiro. Não pode carregar no seu ventre 33 milhões e 100 mil pessoas passando fome. Este Brasil será o Brasil do pleno emprego, porque é prioridade de Lula criar políticas econômicas que possibilitem o desenvolvimento deste País, a retomada das cadeias produtivas. E que nós tenhamos um plano de desenvolvimento que gere emprego e faça com que tenhamos aquilo que já tivemos: um Brasil sem fome, um Brasil com crescimento econômico, um Brasil com responsabilidade fiscal, o que Lula teve e sempre exerceu, e, ao mesmo tempo, com inclusão social e com respeito ao meio ambiente. Este Brasil vai surgir a partir do próximo dia 30 de outubro, data histórica de resposta do povo brasileiro.

Documento 7/16

139.2022	Sessão Ordinária - CD	18/10/2022-10:08
Publ.: DCD - 19/10/2022 -	Dr. Zacharias Calil-UNIÃO -GO	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Discurso encaminhado pelo Presidente Arthur Lira à sessão solene realizada pela Casa ao ensejo do transcurso do Dia do Médico

O SR. PRESIDENTE (Dr. Zacharias Calil. UNIÃO - GO) - Eu gostaria de ler

agora o discurso do nosso Presidente Arthur Lira.

O Sr. Presidente pronuncia o seguinte discurso:

"Sras. e Srs. Parlamentares, demais autoridades aqui presentes, é uma honra para a Câmara dos Deputados promover esta sessão solene para homenagear o Dia do Médico, celebrado no dia 18 de outubro.

Gostaria de agradecer e parabenizar os requerentes, os ilustres Deputados Dr. Zacharias Calil e Hiran Gonçalves, por trazerem evento tão relevante para a comemoração em plenário.

No Brasil, a categoria profissional formada pelos médicos se destaca pela dedicação e pelo compromisso com a saúde da comunidade.

Nas palavras do próprio Conselho Federal de Medicina, os profissionais de medicina garantem a defesa da saúde da sociedade brasileira, preservando a adoção das políticas competentes, as quais promovem o acolhimento e a dignidade, levando sempre em consideração a grande parcela da população brasileira que vive em condições de vulnerabilidade.

No Brasil, a data escolhida para celebrar o Dia do Médico é de origem religiosa. O dia 18 de outubro é consagrado a São Lucas Evangelista. Por meio do testemunho de São Paulo, sabe-se que foi médico e é considerado o padroeiro dos médicos pela Igreja Católica. A dedicação e o sacrifício, características que marcam praticantes de todas as religiões, destacam-se também no exercício da medicina e ficaram em evidência, especialmente, nos últimos 3 anos, quando a pandemia e a crise econômica arrastaram milhões de brasileiros a consultórios e hospitais em busca de assistência urgente.

A pandemia de coronavírus tornou ainda mais evidentes as dificuldades a serem enfrentadas para melhorar o sistema de saúde dos brasileiros. O Conselho Federal de Medicina contabilizou que mais de 800 médicos morreram vitimados pela COVID-19 no País. A saúde brasileira clama por mais investimentos, inclusive nas universidades, além de pedir condições de trabalho mais humanitárias para os profissionais.

Uma sociedade doente é uma sociedade sem condições de desenvolvimento. Médicos sem amparo são incapazes de exercer devidamente sua profissão, especialmente aqueles que trabalham no serviço público. Precisamos resgatar a infraestrutura hospitalar, oferecer recursos para que os médicos possam atingir as metas de atendimento no trabalho, mantenham a saúde mental e não se esgotem com excessivas cargas de trabalho. Reduções salariais, demissões intempestivas, instabilidade e insegurança estão abalando a vida do profissional da medicina.

O Congresso Nacional tem o dever de apoiar todos os profissionais de saúde no

Brasil. Asseguro, como Presidente desta Casa, que assim o faremos.

A todos os médicos os meus parabéns e a minha gratidão.

Muito obrigado.

Presidente Arthur Lira"

Documento 8/16

139.2022	Sessão Ordinária - CD	18/10/2022-11:36
Publ.: DCD - 19/10/2022 -	Carmen Zanotto-CIDADANIA -SC	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Médico.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Sem revisão da oradora.) - Bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores.

Quero iniciar minha fala saudando a Mesa, na pessoa do Deputado Dr. Zacharias Calil, proponente desta sessão solene em homenagem aos profissionais da medicina do nosso País. Saúdo também o Deputado e agora Senador da República eleito, Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, o Deputado Dr. Hiran Gonçalves; o Deputado Juscelino Filho; o Deputado Dr. Frederico, que atua fortemente conosco nas causas de combate ao câncer; o querido Deputado Doutor Luizinho, que junto conosco atua na Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, ele na condição de Presidente da Comissão, e eu na condição de Relatora, Comissão na qual realizamos 145 audiências públicas, discutindo e enfrentando uma situação desconhecida de todos nós nos primeiros momentos. Também saúdo toda a equipe do Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Marcelo Queiroga; os Presidentes das entidades médica, na pessoa do Dr. Hiran Gallo e do Dr. José Barroso; os catarinenses que estão aqui conosco, em especial o Dr. Pablo, Secretário Municipal em Navegantes, na pessoa de quem saúdo todos os secretários e todas as secretárias municipais, que também não mediram esforços no combate à pandemia da COVID-19. Saúdo ainda os membros da Associação Nacional dos Médicos Residentes, na pessoa do Arthur Gomes, Presidente da Associação Catarinense dos Médicos Residentes; do Dr. Maikon Madeira, Vice-Presidente; do Dr. Eliel Bezerra, Conselheiro; e do Presidente da associação em Alagoas.

Quero, senhoras e senhores, na condição de única enfermeira Parlamentar nesta

Casa, fazer um primeiro registro da importância dos profissionais da área da saúde no nosso Sistema Único de Saúde e no enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Como perdemos número expressivo de profissionais da enfermagem, precisamos neste momento render as nossas homenagens aos 893 profissionais da medicina que tombaram em razão da pandemia da COVID-19, homens e mulheres que não se furtaram a ir para a linha de frente no momento mais complexo, no qual, muitas vezes, não tínhamos uma simples máscara de proteção individual para atender os pacientes. Não se furtaram a dar a sua vida para salvar vidas. São esses os profissionais que se dedicam no nosso País a salvar vidas, juntamente com profissionais de outras áreas.

Por incrível que pareça, o número de óbitos entre médicos e profissionais da enfermagem foi muito parecido. Nós não temos ainda o número de óbitos de fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais. Deixo então minhas homenagens a esses profissionais da medicina nesta data, em especial, Dia do Médico; também aos estudantes de medicina, que tiveram suas grades curriculares absolutamente alteradas para que pudessem dar conta do período acadêmico e dos seus estágios; e aos médicos residentes, que da mesma forma não se furtaram a trabalhar para salvar vidas.

É em nome desses profissionais e é em nome do trabalho, nobre Deputado Ricardo Barros — já foi Ministro e hoje é Líder do Governo nesta Casa —, que eu falo.

A enfermagem teve dois avanços. E por que eu cito a enfermagem? Porque a enfermagem convive com a medicina, e a medicina convive com a enfermagem. Nós nos complementamos, cada um, é claro, dentro das suas atribuições, no dia a dia da vida profissional.

Foi esse coletivo de médicos, que aqui já citei, com os demais Deputados e Deputadas, que nos apoiaram, em relação tanto ao PL 2.295, sobre o piso nacional da enfermagem, hoje Lei nº 14.434, quanto à PEC 11, hoje Emenda Constitucional nº 124, para dar um pouquinho mais de dignidade aos integrantes dessa categoria.

Sim, os demais profissionais também merecem e precisam ter seus vencimentos melhorados. Mas, como a enfermagem representa 70% dessa força de trabalho, o impacto é sempre maior.

Neste dia, quero agradecer a todos os médicos e médicas da nossa Casa que nos ajudaram na aprovação desses projetos e dizer que avançamos muito na saúde, em especial no Sistema Único de Saúde, mas temos um desafio diário, que é o subfinanciamento, as limitações financeiras que temos. Sem vocês, não conseguimos fazer os procedimentos cirúrgicos, não vamos conseguir enfrentar as filas referentes aos procedimentos eletivos, as quais se multiplicaram porque praticamente as nossas instituições de saúde suspenderam esse tipo de

atendimento por pouco mais de 1 ano e meio, por quase 2 anos. Tiveram que focar o que era mais emergencial, que era o socorro às pessoas com COVID. E vocês não se furtaram a fazer isso.

Quero, mais uma vez, como enfermeira desta Casa, agradecer a cada uma e a cada um dos que não se furtaram a salvar vidas. Nosso eterno agradecimento! Se nós não lembrarmos a importância de estarmos aqui nos reunindo e nos abraçando, significa que esquecemos um passado sofrido, cheio de angústias, de dúvidas, de preocupações.

Portanto, neste Dia do Médico, espero que possamos celebrar a vida, porque vocês ajudaram e salvaram milhares de vidas no nosso País. Meu eterno agradecimento!

(Palmas.)

Contem comigo como Parlamentar nesta Casa. Fui reeleita.

(Palmas.)

Aqui, além de representar a enfermagem, eu represento a saúde como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Saúde. Temos ainda imensos desafios pela frente, precisamos avançar, mas, olhando para trás, precisamos nos lembrar de quanto já avançamos.

Parabéns, nobre Deputado Dr. Zacharias Calil e todos os demais Parlamentares que subscreveram o requerimento para realização desta audiência pública. Esta sessão de homenagem é uma celebração da vida de todas e de todos.

Muito obrigada.

Documento 9/16

139.2022	Sessão Ordinária - CD	18/10/2022-10:16
Publ.: DCD - 19/10/2022 -	Dr. Zacharias Calil-UNIÃO -GO	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Médico.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO - GO. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com muita alegria quero, primeiro, agradecer o apoio para a aprovação do meu requerimento, apresentado logo no início do ano, a fim de que realizássemos esta sessão solene, que celebra hoje, dia 18 de outubro, o Dia do Médico. Nesta oportunidade, a Câmara dos Deputados homenageia o profissional que promove a saúde da nossa população.

A medicina foi o ofício que eu escolhi exercer. Sou médico, cirurgião pediátrico. Em 41 anos de profissão, desenvolvi o meu trabalho principalmente na rede pública de saúde, especialmente no Hospital Materno-Infantil de Goiânia, onde, juntamente com a equipe, realizamos cirurgias de alta complexidade, como a separação de gêmeos siameses, e também desenvolvemos tratamentos inéditos, como patente de medicamentos, colocando o nosso Estado de Goiás e o Brasil em evidência e como referência mundial nesses tratamentos, proporcionando esperança e qualidade de vida para muitas crianças e suas famílias.

A profissão de médico não é fácil. Existem inúmeras dificuldades a se superar, desde a formação árdua até os imensos desafios encontrados no exercício da medicina. O médico não escolhe dia para exercer sua profissão. A dedicação à saúde do outro é tão grande que, muitas vezes, a própria saúde é deixada de lado. Vimos isso recentemente, ao longo da maior crise de saúde mundial decorrente da pandemia da COVID-19. Os médicos, que foram imprescindíveis na luta pela saúde e pela vida dos brasileiros, pagaram o preço do esgotamento físico e psicológico, das contaminações recorrentes e das sequelas da doença. Muitos se viram no lugar de seus pacientes, lutando pela própria sobrevivência.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, entre 2020 e 2022, quase 20 mil médicos precisaram ser internados com a síndrome da angústia respiratória aguda e cerca de 800 médicos perderam a batalha para a doença.

Às famílias desses colegas, deixo um forte abraço e o nosso sincero reconhecimento.

O enfrentamento da COVID-19 evidenciou a real importância do nosso Sistema Único de Saúde, o SUS. Essa rede de cuidado com a saúde da população brasileira é das maiores conquistas do nosso povo.

No entanto, é preciso ressaltar que, muitas vezes, os médicos não contam com a estrutura necessária para realizar o seu trabalho de modo que o cidadão brasileiro tenha um atendimento médico de qualidade. Boas condições de trabalho para os médicos que atendem na rede pública estão em grande parte ligadas à atualização da tabela SUS. Os valores definidos para a remuneração de serviços públicos são hoje considerados muito abaixo da média aplicada no mercado. Há 20 anos que essa tabela não é atualizada. Essa disparidade tem servido tanto para reduzir a participação do Governo Federal no financiamento



dos procedimentos de média e de alta complexidade quanto para afastar os profissionais de saúde do atendimento no SUS. Os médicos que permanecem, por sua vez, têm sido alvos de crescente e preocupante violência, muitas vezes fruto de frustração e do estresse das pessoas que buscam os atendimentos no serviço de saúde, sobretudo nos hospitais públicos. São muitos os médicos que relatam ter sofrido agressão física e/ou verbal, durante os atendimentos nos plantões ou consultórios.

Em janeiro deste ano, eu mesmo fiz uma denúncia aqui num caso que se tornou notório, o caso de uma jovem médica, Sabrina Lacerda, que, num posto de saúde do Novo Gama, aqui no meu Estado de Goiás, foi agredida por um casal por puxões de cabelos e socos no rosto, por causa de um simples atestado para a COVID-19. Precisamos garantir segurança e condições de trabalho melhores para os profissionais da medicina. O povo brasileiro precisa de bons médicos. É essencial assegurar-lhes remuneração condigna, investir em sua formação, propor uma política sólida que ajude a fixar bons profissionais em regiões afastadas e oferecer-lhes uma estrutura de trabalho condizente com a importância de sua tarefa.

Graças à confiança do nosso povo goiano, que me reconduziu pelo voto a um novo mandato, reitero, nesta oportunidade, meu compromisso com a luta dos profissionais da medicina deste País. Uma classe médica unida promove a saúde e traz benefícios para toda a população.

Eu gostaria de registrar um fato muito importante, que inclusive foi exposto aqui no plenário pela Deputada Paula Belmonte. Na CPI do BNDES, na qual nós tínhamos o Presidente Vanderlei Macris, que é um grande Parlamentar por São Paulo, foi feito um trabalho de 4 meses na CPI do BNDES, de 2005 a 2015. Eles foram a Washington verificar o que estava acontecendo, juntamente com alguns Senadores e Deputados americanos. Chamaram o grupo de brasileiros e falaram o seguinte para eles: "*Foi denunciado a esses Parlamentares americanos que o Programa Mais Médicos faz parte de um grande esquema de corrupção.*" Ela falou: "*Como assim?*" Eles falaram: "*No Porto de Mariel, quando foi autorizado o empréstimo para Cuba, não havia nenhum bem em garantia. O que foi dado como garantia foi exatamente o Programa Mais Médicos.*" Os médicos vinham para o Brasil, trabalhavam, e quase 80% do seu salário retornavam para Cuba. Com esse dinheiro, Cuba pagava o empréstimo que foi feito. A partir do momento em que esse programa deixou de existir no Brasil, Cuba parou de pagar. Esse é mais um dos esquemas de corrupção que assolou o nosso País. Só os contratos internacionais significam 3% das operações do BNDES. Esses 3% deram prejuízo para o Brasil de quase meio trilhão de reais. Não sou eu que estou falando isso não, mas uma CPI que foi criada para denunciar isso.

Trabalhamos muito, eu, o Deputado Hiran Gonçalves, o Deputado Doutor Luizinho, contra o REVALIDA Light e conseguimos aprovar aqui o REVALIDA nas escolas públicas, para que pudéssemos fornecer uma

medicina de maior qualidade na formação dos médicos.

Agora é interessante que, pesquisando aqui no *site* do Conselho Federal de Medicina, logo no início do ano, em maio, o MEC aprovou uma portaria com a qual você poderia aumentar o número de vagas, numa faculdade de medicina, para cem vagas por faculdade. Seria um total de 37 mil vagas em curso de medicina no nosso País. Formamos um grupo de trabalho, estivemos lá com o nosso Ministro da educação, que foi muito sensível a isso, juntamente com o Ministro da Saúde, nosso Dr. Marcelo Queiroga. Imediatamente eles revogaram essa portaria, achando um absurdo o que poderia acontecer no nosso País, uma formação médica de má qualidade. Não existe isso.

E eu gostaria de relatar aqui, Dr. Gallo, que o Conselho Federal de Medicina — eu vejo isso com uma importância muito grande — fez um estudo no qual mostrou a falta de estrutura de muitas escolas médicas do nosso País. Na maioria dos Municípios onde funcionam as escolas médicas abertas recentemente, não há leitos hospitalares de internação, equipes de Saúde da Família ou hospitais de ensino disponíveis ou em quantidade para proporcionar aos alunos o cenário recomendado de práticas. Além disso, o País não conta com professores em número suficiente para o ensino das disciplinas privativas da medicina, conforme a lei.

Então, Sr. Ministro da Educação, parabéns o senhor por essa sensibilidade de revogar essa portaria, porque, desde 2018, nós tínhamos a proibição da abertura de escolas de medicina no Brasil durante o período de 5 anos. O senhor foi sensível a essas causas.

É realmente preciso mostrar que o ensino no Brasil precisa ser melhor estruturado, principalmente nas escolas de medicina. Eu denunciei aqui na Câmara, inclusive. E, veja bem, existe *lobby* de empresas fazendo junto ao MEC um absurdo. Por exemplo, você não precisa ter uma escola de medicina. Se você tem uma faculdade qualquer que não está indo bem, você abre um curso de medicina. Pronto, acabou! Não é isso, não é? E eles cobram uma fortuna. Durante 10 anos essa escola tem que renovar isso.

Eu tenho proferido, como médico, várias palestras de procedimentos de separação de siameses, e eu tenho visto esses alunos me procurarem: "*Doutor, nós não temos hospital para fazer o internato. Ajude-nos como político. Como é que nós vamos trabalhar numa situação dessas?*" Não é disso que o Brasil precisa. O Brasil precisa de médicos de qualidade. Nós precisamos por quê? Amanhã qualquer um de nós vai ser atendido num plantão de emergência.

Esse é o recado que eu gostaria de dar.

Meu muito obrigado a todos pela participação. Agradeço à Mesa, composta pelo Dr. Hiran, Sr. Gallo, Ministro Victor e nosso comandante maior do Ministério da Saúde, o Dr. Marcelo Queiroga. Um grande abraço a todos!

Anuncio a presença aqui do nosso Líder Ricardo Barros, ex-Ministro da Saúde, que veio aqui nos prestigiar.

Meu muito obrigado. Bom dia a todos!

Documento 10/16

139.2022	Sessão Ordinária - CD	18/10/2022-10:28
Publ.: DCD - 19/10/2022 -	Ministro Marcelo Queiroga---	---
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Médico.

O SR. MINISTRO MARCELO QUEIROGA - Sr. Presidente desta sessão, Dr. Zacharias Calil, nosso colega médico; Sr. Ministro de Estado da Educação, Victor Godoy; Sr. Hiran Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Deputado Juscelino Filho, Deputado e Senador eleito Hiran Gonçalves; Deputado Dr. Luizinho; meus colegas médicos, minhas senhoras e meus senhores, hoje é 18 de outubro, Dia do Médico. Parabéns para todos os médicos do Brasil!

(Palmas.)

O Presidente Jair Messias Bolsonaro, no dia 15 de março de 2021, momento em que vivíamos a pior fase da pandemia da COVID-19, convocou um médico para liderar o Ministério da Saúde, porque ele sabe muito bem qual é, meus colegas, a nossa missão. A nossa missão é curar e, quando não conseguimos curar, é aliviar. Quando não conseguimos curar ou aliviar, a nossa missão é confortar, porque os médicos têm que ser especialistas em gente.

(Palmas.)

Àquela época, vivíamos, como é próprio dos períodos da pandemia, um ambiente de grandes divergências e controvérsias, e o Presidente Bolsonaro me disse: "*Queiroga, você é médico, eu não sou. Você tem que harmonizar a relação entre os médicos, para avançarmos em políticas públicas eficientes, do interesse da sociedade brasileira*". Mas S.Exa. me deu, meus colegas, somente uma recomendação: "*Não deixa roubar no Ministério, porque a corrupção mata mais do que o vírus e o câncer juntos*".

(Palmas.)

Foi assim que, durante a pandemia da COVID-19, o Governo Federal investiu cerca de meio bilhão de reais para enfrentar a pandemia da COVID-19 e, com esses recursos públicos, adquirimos 600 milhões de doses de vacina. E o que aconteceu com as vacinas disponíveis? Conseguimos controlar a emergência de saúde pública de importância nacional, provocada pela COVID-19.

Isso é prova da força do nosso Sistema Único de Saúde, o SUS. E foi nesta Casa, Srs. Parlamentares, meu ilustre antecessor e Líder do Governo, Deputado Federal Ricardo Barros, que se escreveu a Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que consagrou a dignidade da pessoa humana como o princípio basilar do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil.

Sendo assim, saúde é um direito fundamental, saúde é um direito de todos e um dever do Estado. E não há saúde sem médicos qualificados, sem médicos capacitados que possam, nos mais de 5.570 Municípios desta grande Nação, efetivar o direito à saúde, na medida máxima do possível, para que possamos reverter os indicadores desfavoráveis de saúde que espreitam o nosso País e o mundo. Há uma avalanche de doenças — doenças cardiovasculares, com mais de 380 mil óbitos, todos os anos, o câncer, com mais de 200 mil óbitos — e nós médicos sabemos bem qual é essa realidade.

A nossa missão, o nosso ofício e a nossa profissão são milenares. A medicina é arte que se transformou em ciência, sem deixar de ser arte das mais nobres, justamente porque o pressuposto básico, o pilar básico da medicina é a confiança que nós temos dos nossos pacientes. Quando o elo de confiança que entre o médico e o paciente se faz na medida máxima do possível, é um elo inquebrantável, e nós conseguimos exercer o nosso papel hipocrático.

Então, é assim que os médicos enxergam os seus pacientes, é assim que os médicos avançam com os princípios bioéticos que regem a nossa atividade: a beneficência, a não maleficência, a autonomia e a justiça, que não é a justiça dos tribunais, é a justiça distributiva. A melhor é a de Deus, que transformou a água em vinho. Nós não sabemos fazer isso, mas nós temos o compromisso de fazer o melhor para o nosso paciente.

E o nosso Governo, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, em nenhum momento deixou de reconhecer a autonomia do médico.

(Palmas.)

Somente o médico tem autoridade de indicar o tratamento correto para o seu paciente, e eu não preciso dizer isso a vocês, meus amigos, porque isso nós aprendemos desde o banco das faculdades de medicina.

O Brasil é uma nação com mais de 500 mil médicos. Nós temos que cuidar, como aqui falou o Deputado Zacharias Calil, da formação dos nossos médicos. Somos os vice-campeões em número de escolas médicas. Ontem falei no

STF: "Será que o fato de sermos vice-campeões nos garantirá a oferta de médicos qualificados no sistema de saúde, que sejam capazes de contribuir para a promoção e recuperação da saúde?" Se formar médicos em escolas sem qualificação for o caminho, que se mude a legislação para permitir a abertura indiscriminada de escolas médicas. Mas eu tenho certeza de que, enquanto eu e o Ministro Victor Godoy estivermos à frente dessas duas Pastas, que são as mais importantes do Governo, isso não acontecerá.

(Palmas.)

Esse é um compromisso que nós podemos assumir com cada um dos senhores.

Além da nobre função de salvar vidas, os médicos têm o poder de, com sua caneta, mover uma indústria bilionária, a indústria de dispositivos médicos e de fármacos. Esse poder nós temos que exercer com responsabilidade e com consciência.

Há uma plethora de evidências científicas que são geradas todos os dias, muitas delas de baixíssima qualidade. É pena que há leniência por parte de alguns, com evidências frágeis, quando há interesses que muitas vezes não são claros e são defendidos e alardeados de maneira quase religiosa. Compete ao Ministro da Saúde utilizar uma discricionariedade técnica de qualidade para não permitir que essas novidades que nada têm a ver com inovações ingressem no Sistema Único de Saúde. Inovações são aquelas práticas que têm a propriedade de mudar a vida das pessoas. Há novidades, às vezes, que não servem nem para fazer propaganda, não servem nem para se jogarem no lixo, porque o lixo nós reciclamos. Há novidades que, às vezes, não servem para nada, meus amigos.

Nós temos que adotar a responsabilidade na gestão pública, porque os sistemas de saúde são subfinanciados. E é nesta Casa, a Casa do povo brasileiro, que nós faremos as modificações necessárias na legislação para prover a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde. Não há acesso sem sustentabilidade do sistema de saúde.

Não vai ser a caneta do Judiciário que vai ter a propriedade de criar políticas públicas eficientes. Quem cria política pública é esta Casa e quem implementa política pública é o Poder Executivo. Neste Governo, a área técnica do Poder Executivo, meu caro Alexandre Garcia, é ocupada por técnicos de qualidade. Não existe loteamento de cargos no Ministério da Saúde. Os Secretários do Ministério da Saúde são servidores públicos. Isso é a garantia da eficiência das políticas públicas e foi por isso que nós conseguimos conter a maior emergência de saúde pública que o mundo já viu, a pandemia da COVID-19.

Também temos no Brasil um pujante setor privado. Cerca de 50 milhões de brasileiros, meu caro Salomão, que conhece bem essa agenda, confiam nas operadoras de plano de saúde. E os médicos são prestadores. E é necessário que haja um equilíbrio de forças, para atenuar o poderio das operadoras de plano de saúde, ou dos prestadores de serviços hospitalares, que se concentram

e se verticalizam.

Hoje, se nos reunimos aqui, há um grande risco de alguém recorrer ao CADE — Conselho Administrativo de Defesa Econômica, dizendo que estamos criando cartéis. E nós não estamos criando cartéis. Queremos que a nossa profissão tenha uma remuneração justa. É por isso que defendemos que na Agência Nacional de Saúde Suplementar exista uma câmara técnica para que os médicos possam se fazer representar de forma coletiva, sem que isso se confunda com uniformização de condutas. Essa é apenas a garantia de que os médicos podem falar de igual para igual, exercendo um poder compensatório que é próprio nesse tipo de relação concorrencial.

Temos uma grande agenda pela frente. Eu estou vendo aqui muitos colegas de verde e amarelo. Os médicos vestem branco. E os médicos vestem verde e amarelo, que são as cores da bandeira do nosso Brasil. Os médicos não vestem vermelho, e jamais vestirão. Como disse o Ministro Paulo Guedes, não somos como cartomantes com Alzheimer, que não se lembram nada do passado, mas querem saber tudo do futuro. Não queremos esse passado de volta, para assombrar a classe médica e a população brasileira.

Que Deus abençoe os médicos do nosso querido Brasil. (*Palmas.*)

Documento 11/16

140.2022	Sessão Ordinária - CD	18/10/2022-17:36
Publ.: DCD - 19/10/2022	Dr. Zacharias Calil-UNIÃO -GO	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Discurso proferido pelo orador durante solenidade realizada no plenário da Casa ao ensejo do transcurso do Dia do Médico. Importância do SUS no combate à Covid-19. Necessidade de garantia de segurança e melhores condições de trabalho para os profissionais da medicina. Submissão ao trabalho escravo por profissionais cubanos contratados pelo programa Mais Médicos. Imperiosidade do combate à corrupção.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO - GO. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa tarde. Hoje é um dia muito especial para a nossa profissão: o Dia do Médico. Fizemos uma solenidade hoje pela manhã muito bonita. Conseguimos encher este plenário, com vários profissionais da área da saúde. Médicos de todo o Brasil estavam aqui presentes, da Associação Médica de Brasília, do Conselho Federal de Medicina, o Ministro Queiroga, o Ministro da

Educação Victor Godoy. Foi um encontro muito especial hoje pela manhã.

Sra. Presidente, eu gostaria de ler um trecho do meu discurso, parabenizar a todos e agradecer a aprovação do requerimento que eu fiz logo no início do ano para que essa solenidade fosse realizada.

A medicina foi o ofício que eu escolhi exercer. Eu sou médico, cirurgião pediátrico e tenho 41 anos de profissão. Desenvolvi o meu trabalho principalmente na rede pública, em especial no Hospital Materno Infantil de Goiânia, onde, juntamente com uma equipe de profissionais especializados, realizamos várias cirurgias complexas, como a cirurgia de separação de siameses, realizamos pesquisa com medicamentos, com a qual nós conseguimos inclusive uma patente intelectual, que está disponível hoje no Brasil. Eu doei essa patente para o Sistema Único de Saúde.

Por isso, eu digo que a profissão de médico não é fácil. Eu tenho seis médicos na família: dois filhos, genros, noras, todos médicos. E eu sei a luta que é principalmente para esses jovens que estão em formação. Eles passam a melhor fase da vida estudando. Hoje, nós vemos jovens entrando com 16 anos, 17 anos, na faculdade. É um curso pesado, um curso integral, com 6 anos de duração. Depois, vem a residência médica. Dependendo da residência, são mais 5 anos. E vamos trabalhando nesse sentido.

Eu acho que o médico não escolhe o dia para exercer a sua profissão. A dedicação à saúde do outro é tão grande que, muitas vezes, a própria saúde é deixada de lado. Vimos isso recentemente ao longo da maior crise mundial na saúde decorrente da pandemia da COVID-19. Os médicos, que foram imprescindíveis na luta pela saúde e pela vida dos brasileiros, pagaram o preço do esgotamento físico e psicológico, das contaminações recorrentes e da própria sequela da patologia da doença. Muitos se viram no lugar dos seus pacientes, lutando pela própria sobrevivência.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde, entre 2020 e 2022, Deputada Paula, 800 médicos faleceram — foi o período da pandemia esses 2 anos. E eu deixo aqui às famílias desses colegas um forte abraço e o nosso sincero reconhecimento.

O enfrentamento da COVID-19 evidenciou a real importância do SUS. Essa rede de cuidado com a saúde da população brasileira é uma das maiores conquistas do nosso povo. No entanto, é preciso ressaltar que muitas vezes os médicos não contam com a estrutura necessária para realizar o seu trabalho, de modo que o cidadão brasileiro tenha um atendimento médico de qualidade.

Boas condições de trabalho para os médicos que atendem na rede pública estão, em grande parte, ligadas à atualização da tabela do SUS. Os valores definidos para remuneração dos serviços públicos são hoje considerados muito abaixo da média aplicada no mercado. Há 20 anos essa tabela não é atualizada. Essa disparidade tem servido tanto para reduzir a participação do Governo

Federal no financiamento dos procedimentos de média e alta complexidade quanto para afastar os profissionais de saúde do atendimento do SUS.

Os médicos que permanecem, por sua vez, têm sido alvos de crescente e preocupante violência, muitas vezes fruto da frustração e do estresse de pessoas que buscam os serviços de saúde. Sobretudo, nos hospitais públicos, são os muitos médicos que relatam ter sofrido agressão física ou verbal durante o atendimento nos plantões de consultório. Nós vemos várias notícias na televisão, jornais, mostrando essas denúncias.

Então, nós precisamos garantir segurança e melhores condições de trabalho para os profissionais da medicina. O povo brasileiro precisa de bons médicos. É essencial assegurar-lhes remuneração condigna, investir em sua formação, propor uma qualidade de condições de trabalho, o que é muito importante para essa tarefa. Uma classe médica unida promove a saúde e traz benefícios para toda a população.

Eu gostaria, Presidente, de reforçar aqui o que a Deputada Paula Belmonte acabou de falar. Em um pronunciamento anterior, Deputada — inclusive gravei a sua fala —, achei muito importante a senhora nos trazer o resultado da CPI do BNDES. De 2005 a 2015 a senhora participou dessa CPI, esteve nos Estados Unidos com Deputados e Senadores americanos, onde eles fizeram uma denúncia acerca do Programa Mais Médicos. Foi exatamente isso o que aconteceu. Como o Brasil financiou o Porto de Mariel e eles não tinham uma contrapartida, o que aconteceu? Fizeram o Programa Mais Médicos. Jogaram esses médicos aqui no Brasil, como trabalho escravo, e devolveram o dinheiro para Cuba para que Cuba pagasse ao Brasil. O Governo Bolsonaro disse: "*Não. Vamos acabar com essa farra aqui*". E pararam de pagar. É isso que esses países fazem.

De tudo o que eu vi no seu relatório de empréstimos internacionais, nós perdemos cerca de meio trilhão de reais.

Deixo aqui o meu recado: nós temos que combater a corrupção, porque esse dinheiro poderia ser utilizado na saúde da população brasileira.

Ficam aqui meus agradecimentos.

Muito obrigado, Presidente, pelo espaço e por mais uma vez poder homenagear os nossos profissionais, colegas médicos.

Boa tarde a todos.

Sumário

Elogio à atuação dos médicos brasileiros durante o combate à pandemia de coronavírus. Agradecimentos à Associação Médica Brasileira e à Associação Paulista de Medicina pelo apoio concedido à lei da telemedicina. Elogios à atuação do Deputado Dr. Zacharias Calil. Defesa da reformulação do pacto federativo brasileiro. Sub-representatividade política do Estado de São Paulo.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sra. Presidente.

Na verdade, eu subo a esta tribuna para trazer dois pontos. Primeiro, quero parabenizar todos os médicos do nosso País, que foram superguerreiros na pandemia.

E eu gostaria de deixar registrado um agradecimento especial. Como os senhores sabem, eu sou autora da lei da telemedicina. Eu nunca trabalhei na área da saúde, não sou da área da saúde, mas eu, especialmente, fui muito acolhida por médicos, por associações médicas. Então, registro meu agradecimento especial à Associação Médica Brasileira, à Associação Paulista de Medicina e a muitos médicos que me adotaram, que me ajudaram nessa trilha da telemedicina. Eu aprendi muito. E sou muito grata também a todo o suporte que me dão quando batalho por pautas da saúde digital, do prontuário eletrônico.

E quero também homenagear o Deputado Dr. Zacharias Calil, sempre tão presente, um Médico com "M" maiúsculo, que traz muito orgulho para a nossa Comissão. O Calil é um dos Deputados de que nós nos orgulhamos. Eu agradeço bastante a S.Exa. Nós temos bons Parlamentares, e isso é muito bom.

O outro ponto que me traz a esta tribuna são as reformas de que falei, nas quais precisamos pensar para a próxima legislatura. É muito importante que nós discutamos o pacto federativo. O pacto federativo também é outro projeto que ficou congelado e precisa ser revisto. Nós precisamos falar, sim, sobre todo cidadão brasileiro ter a mesma representatividade. Nós precisamos discutir, sim, distribuição de recursos, para seja feita de forma justa, com sentido, para que os recursos não escorram por ralos de corrupção, por balcão de negócios, por "toma lá, dá cá" e outras coisas que não podemos nem comprovar.

Precisamos fazer uma política mais baseada em dados, mais baseada em evidências; políticas públicas que se sustentem. E é uma barbaridade — eu já subi a esta tribuna algumas vezes para falar disso, mas vou trazer duas coisas que, para mim, são chocantes — que cidadãos brasileiros não valham a mesma coisa, nem mesmo em termos financeiros e orçamentários. Não estou aqui para

falar de orçamento, e sim de representatividade.

Eu venho de um Estado que deveria ter 120 Deputados, e só tem 70. Precisamos discutir que representatividade é essa. Não estou falando dos paulistas, não. Eu estou falando dos pernambucanos que moram em São Paulo, estou falando de pessoas nascidas, criadas e familiares que vivem em São Paulo. Isso não é certo, isso não é justo. Se todo brasileiro é igual, se todo cidadão é igual, este Parlamento tem que mostrar esta justiça, tem que trazer isso à tona.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 13/16

140.2022	Sessão Ordinária - CD	18/10/2022-00:00
Publ.: DCD - 19/10/2022 -	Rubens Pereira Júnior-PT -MA	
	ENCERRAMENTO	OUTROS DISCURSO

Sumário

Prioridade do Governo do Estado do Maranhão nas políticas públicas de proteção à infância. Relevância do Programa Ninar, em funcionamento no Centro de Referência em Neurodesenvolvimento, Assistência e Reabilitação de Crianças, e do Espaço Shopping da Criança. Importância, para a cobertura médica de crianças, da criação do curso de Medicina na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Retrocesso das políticas públicas da infância no Governo Jair Bolsonaro. Corte pelo Governo Federal de recursos orçamentários destinados à educação básica.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Tenho muito orgulho do que fizemos no Maranhão para melhorar a vida das nossas crianças. A infância é uma agenda prioritária no nosso Estado. Ao longo dos anos, o orçamento estadual priorizou

políticas públicas para a proteção social das nossas crianças, especialmente as mais pobres.

Um exemplo muito exitoso dessa política de proteção aos pequenos é o Programa Ninar, um conjunto de políticas públicas que acolhe mães e bebês. O programa funciona no Centro de Referência em Neurodesenvolvimento, Assistência e Reabilitação de Crianças e oferece, desde 2016, tratamento especializado às crianças com problemas de neurodesenvolvimento.

Outra iniciativa importante para as nossas crianças na área da saúde é o Espaço Shopping da Criança, um local especializado em assistência à saúde infantil que garante atendimento a milhares de crianças na capital maranhense.

Na educação, os Governos Flávio Dino e Carlos Brandão garantiram a continuidade das aulas durante a pandemia, reforçando as plataformas de ensino digitais e ofertando *chips* de acesso à Internet a todas as crianças da rede estadual. Essa política educacional foi ampliada no pós-pandemia, com melhoria das instalações escolares, ampliação de creches e garantia do segundo melhor salário do País para os professores.

Importante destacar a criação do curso de medicina da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), assinado hoje pelo Governador Brandão, que vai ajudar muitas crianças em razão da baixa cobertura médica nessa área.

Infelizmente, junto ao Governo Federal, houve um retrocesso nas políticas sociais de infância. Um Estudo do IPEA mostra que as crianças são as grandes vítimas da política econômica equivocada do Governo Bolsonaro. Lares onde vivem crianças menores de 10 anos têm percentuais maiores de insegurança alimentar do que a média

brasileira. Esse quadro se agrava ainda mais nas regiões Norte e Nordeste.

Na educação, o Brasil amarga indicadores ruins, com perspectiva nada animadora para o futuro. Na educação básica, o Presidente Jair Bolsonaro cortou R\$402 milhões da dotação que havia sido aprovada por este Congresso.

Precisamos continuar lutando para impedir cortes em investimentos que atingem nossas crianças. Trata-se de um debate que precisa alcançar toda a sociedade. Tenho feito nesta Casa a minha parte, colaborando para garantir no meu Estado os investimentos de que precisamos. Esta deve ser uma ótica a ser defendida por todos os que acreditam no futuro do País.

Era o que tinha a dizer.

Documento 14/16

141.2022	Sessão Ordinária - CD	19/10/2022-09:32
Publ.: DCD - 20/10/2022	Luizianne Lins-PT -CE	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Avanço de políticas sociais e exclusão do Brasil do Mapa da Fome no Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19, em face da recusa à aquisição de vacinas em tempo hábil. Caráter machista, misógino, racista, preconceituoso e corrupto do Presidente da República.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Sem revisão da oradora.) - Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estão presentes nesta Casa.

Quero me dirigir neste momento não só a todos da população brasileira que estão nos assistindo, mas também àqueles que estão diante de uma decisão

histórica no Brasil. Venho dizer algo bem diferente do que disse o colega que me antecedeu. Estamos num momento muito delicado, que beira o limite entre a civilização e a barbárie em nosso País.

Digo isso porque saio às ruas, vou aos centros urbanos das grandes cidades. Fui Prefeita da cidade de Fortaleza por 8 anos. Fui eleita e reeleita e sei exatamente quanto aumentou o sofrimento do nosso povo. Hoje, saímos às ruas e vemos, infelizmente, pessoas mendigando, muitas vezes andando com os filhos e crianças do lado, pedindo comida.

Eu lembro que, quando o Presidente Lula assumiu, em 2002, ele já dizia que, se ele conseguisse que o povo brasileiro tivesse três refeições por dia — nós, naquele momento, em 2002, estávamos no Mapa da Fome —, ele já teria cumprido a missão da vida dele. Mas nós fizemos muito mais do que isso. Além de o Brasil ter saído do Mapa da Fome, nós avançamos, e avançamos muito, em políticas sociais.

Eu costumo dizer que, naquele momento, o Brasil passou a se enfrentar e a se encontrar com ele mesmo. O Brasil passou a perceber, a partir de 2002, depois do Governo do Presidente Lula, que éramos um país com raças, com etnias das mais diversas. Começamos a compreender os negros e as negras, que lutavam há tanto tempo contra o preconceito, fazem parte de todo o nosso processo de construção cultural e política.

O Brasil começou a compreender que também tinha população indígena espalhada por todos os cantos deste País, que a população indígena, que os índios mereciam respeito e que, como povos originários que são, também tinham que ser reconhecidos e ter suas terras demarcadas.

O Brasil também entendeu que era um país potente, um país de homens e mulheres trabalhadores, fortes, valentes, pessoas guerreiras, capazes de tirar, todo dia, se for necessário, leite de pedra — uso aqui essa metáfora a respeito das dificuldades que o povo brasileiro tem passado todo dia. Uma mãe de família que tem quatro, cinco filhos, um pai de família que está desempregado buscam emprego no mercado de trabalho, mas não encontram.

A forma como o atual Presidente da República lidou com a pandemia permitiu que mais de 400 mil pessoas morressem pelo atraso da vacina, pela corrupção em compra de vacinas, pelo negacionismo que foi estabelecido, pelas falas estúpidas, grosseiras e agressivas. Ele imitou quem estava com falta de ar naquele momento, não teve a menor empatia, que, para quem está nos ouvindo, significa amor ao próximo, significa um olhar para o outro e também a percepção de que somos todos seres humanos, filhos de um mesmo Deus e filhos de uma mesma civilização e do momento histórico em que estamos vivendo agora.

Eu queria também dizer que o atual Presidente da República, Bolsonaro, não é só ex-presidiário. Em algum momento, ele foi presidiário no sistema militar,

devido ao seu mau comportamento. Fez uma carreira medíocre. Ele usa as Forças Armadas, ele usa o Exército, mas sabemos que existe muita gente que é muito melhor do que ele e hoje cumpre o seu papel nessas instituições.

Mas ele não é só ex-presidiário. Ele, na verdade, é machista, ele é misógino, ele é racista, ele é preconceituoso. Agora há dúvidas sobre ele ser pedófilo. Ninguém o ouviu se dirigindo a uma jovem? Digo isso porque sou militante de direitos humanos. Quando fui Vereadora de Fortaleza, conduzi uma CPI contra a exploração de crianças e adolescentes, e esse tipo de coisa que ele disse é bem característico das pessoas que veem, até nas crianças de 14 ou 15 anos, oportunidades sexuais, sim!

Além de tudo, Bolsonaro é corrupto, sim! Se o Deputado que me antecedeu tem o direito à palavra em razão do seu mandato, eu também tenho o direito de dizer ao povo brasileiro a verdade: Bolsonaro e seus filhos vivem da corrupção! Bolsonaro comprou 51 imóveis junto com sua família com dinheiro vivo!

Quem é o Deputado ou a Deputada nesta Casa que, vivendo do seu salário, sem corrupção, sem falcatrua, consegue ficar rico? Se forem empresários, pode ser que já cheguem aqui bem financeiramente? Eu não tenho nada contra quem ganhou dinheiro de forma lícita ou quem ganhou dinheiro empreendendo, enfim, quem o ganhou de forma honesta. Mas usar a política para ganhar dinheiro? Quem não sabe que Bolsonaro foi e continua sendo, além de tudo, corrupto? Pegou um cartão corporativo e determinou 100 anos de sigilo em relação a esse cartão corporativo.

O mais grave é que existem, na decisão para apoiar Bolsonaro, várias questões, vários cortes. É o que mais me assusta. Se a situação no Brasil fosse esta — os ricos apoiam Bolsonaro, a turma da Faria Lima apoia Bolsonaro, a turma da grana apoia Bolsonaro —, estaria tudo certo, porque estariam apoiando Bolsonaro aqueles que compõem a minoria da população brasileira. Se nos apoiassem todas as pessoas que precisam, a classe média, os setores populares, se a situação fosse simples assim, nós estaríamos ganhando amplamente essas eleições.

Mas, infelizmente, as *fake news* que são contadas para as pessoas mais simples, que chegam todos os dias para enganar as pessoas de forma subterrânea, informações que vêm dos esgotos da *deep web*, de todos os setores que não querem tornar públicas as suas opiniões, estão corroendo a democracia brasileira, estão tentando criar pensamentos outros, falsos, contra as pessoas de uma forma geral. Isso está afetando diretamente a democracia.

Finalizo aqui este pronunciamento, Sr. Presidente. Vou me inscrever novamente para concluir o meu raciocínio e continuar falando desse Brasil que tanto me preocupa neste momento.

Muito obrigada.

Documento 15/16

141.2022	Sessão Ordinária - CD	19/10/2022-10:20
Publ.: DCD - 20/10/2022	Mauro Benevides Filho-PDT -CE	
-	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reconhecimento da atuação da Deputada Luizianne Lins pelo eleitorado cearense. Anúncio da apresentação de proposta de emenda à Constituição, a respeito da utilização de parte do superávit financeiro dos fundos federais para o pagamento do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Minha cara Presidente, Deputada Luizianne Lins, que teve realmente um resultado extraordinário nas eleições, a quem faço o registro aqui publicamente pelo reconhecimento não só do pessoal de Fortaleza, de cuja cidade já foi Prefeita, mas também já adentrando o interior do Estado, que a consagra como uma das melhores votações obtidas nas últimas eleições.

Quero me dirigir ao Plenário desta Casa para dizer que ontem fizemos uma *live* com a Frente Nacional da Enfermagem, portanto com quase 800 pessoas *on-line* participando desse evento. Chegou a hora de a Câmara dos Deputados apresentar ao Brasil a solução para a fonte de recursos para o pagamento do piso da enfermagem.

Apresentei uma emenda constitucional que vai buscar essa fonte no superávit financeiro dos fundos federais. Portanto, não estamos alterando nenhuma estrutura tributária brasileira, não estamos aumentando ou diminuindo receita da União, absolutamente nada, nem estamos acabando com qualquer fundo.

Eu lembro que, em 2020, com a aprovação do PLP 137/20, também de minha autoria, em que se fazia essa desvinculação do superávit, muita gente pensava que era alguma tentativa de acabar com esses fundos. Não! Se um fundo recebe 100 bilhões de reais e gasta 80 bilhões de reais, ficam lá 20 bilhões de reais de superávit. Portanto, não há nenhuma razão para qualquer questionamento em relação a essa questão.

Os fundos hoje estão apresentando superávits da ordem de 20 bilhões, 22 bilhões, 21 bilhões de reais. O piso da enfermagem vai necessitar de um valor da ordem de 10 bilhões de reais. Portanto, é uma fonte tranquila. Não há

maiores preocupações, não se mexe na estrutura orçamentária, não há absolutamente nada disso.

Segundo, essa emenda constitucional cria uma dotação específica para fazer o pagamento separado, para não haver nenhuma dúvida de que esse dinheiro será destinado exclusivamente para o pagamento desse piso.

Entretanto, há um questionamento do Ministério da Economia, Sra. Presidente. Ele quer interpretar essa matéria como uma despesa. Mesmo não sendo de origem de receita tributária, quer interpretá-la como despesa primária. Em sendo despesa primária, vai estar no teto de 1 trilhão e 600 bilhões de reais. Mesmo com a perspectiva de esse teto ser alterado daqui para frente, como já está sendo estudado, o Ministério da Economia não quis ainda abrir essa possibilidade.

Então, o que nós propusemos? Os 18 bilhões de reais que o Governo Federal repassa para o FUNDEB, da educação brasileira, por ano, já estão fora do que prevê a Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Então, nós damos o mesmo tratamento para a saúde que é dado para educação, ou seja, o aporte para o pagamento do piso da enfermagem terá o mesmo tratamento que é dado para a educação. Gasto com saúde não pode ser interpretado como uma despesa de segunda categoria — não pode!

É por isso, portanto, que, juntamente com a Deputada Alice Portugal, a Deputada Carmen Zanotto, a Deputada Jandira, a Deputada Luizianne Lins, o Deputado Antonio Brito, enfim, com tantos Parlamentares que estão nessa luta, vamos para a vitória, vamos buscar essa aprovação.

Peço, Sra. Presidente, que divulgue este pronunciamento nas mídias sociais da Câmara dos Deputados.

Era só isso.

Documento 16/16

141.2022	Sessão Ordinária - CD	19/10/2022-11:00
Publ.: DCD - 20/10/2022 -	Luizianne Lins-PT -CE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Participação da oradora na CPMI das Fake News. Inconsistência de notícias difundidas por bolsonaristas a respeito da fé religiosa do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Caráter homofóbico, machista, racista e corrupto do Presidente da República. Apoio à

recondução do líder petista ao poder.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente Geovania, eu gostaria de continuar minha fala, agora, inclusive, entrando nessa questão das *fake news*.

Eu fui membro titular da CPMI das Fake News, em que Senado e Câmara se debruçaram sobre as barbaridades, sobre as mentiras que foram e que estão sendo contadas, principalmente, nas redes sociais, onde não há controle público, em especial nas redes de WhatsApp, em que de forma tão subterrânea, os bolsonaristas se encrustaram nas chamadas redes fechadas para propalar *fake news*.

Eu gostaria de dizer que as pessoas não podem julgar o destino de uma Nação, o que vai ser o Brasil a partir de 2023, a partir de *fake news*. E vou voltar a essa questão da fé, porque eu acho isso a maior mentira contada pelo Presidente Bolsonaro.

Eu quero dizer uma coisa que veio das minhas próprias companheiras das comunidades evangélicas. Agora querem atribuir a Lula o papel de adorador do diabo. Uma delas diz o seguinte: "*Eu quero um candidato que siga Cristo de verdade, e não de boca. Cristo não pregava tortura, como Bolsonaro prega. Cristo não pregava a morte. Cristo não pregava as armas, assim como faz Bolsonaro. Cristo é da paz. Bolsonaro é da violência, é da guerra. Bolsonaro é hipócrita ao falar das famílias, desmerecendo a própria família, quando diz que a filha dele era fruto de uma fraquejada. Ele não respeita a família, porque aquele que tem a verdadeira fé tem obras*".

Quais são as obras do Bolsonaro, a não ser a maldade no imaginário das pessoas, a truculência e a falta de empatia? Quando a Bahia estava toda debaixo d'água, ele estava passeando de *jet-ski* em Santa Catarina, como se aquela situação não tivesse nada a ver com ele. O Presidente da República do Brasil estava simplesmente de férias, quando os brasileiros estavam debaixo d'água.

Uma coisa é fato: nós precisamos dizer que, em vez de visitar os doentes nos hospitais durante a pandemia da COVID, que era o que um cristão deveria estar fazendo, ele estava passeando de moto, sem máscara, aglomerando e negando a ciência e o trabalho dos médicos, que lutavam todo dia pela vida.

Conhecemos um crente, um cristão pelas obras, e não pelo bafafá, não pela boca, não pelas mentiras que estão sendo contadas com *fake news*. Ele riu e fez chacota de quem morria com falta de ar. Nosso companheiro Lula respeita, sim, as religiões porque não faz acepção de pessoas. Ele foi eleito, cumpriu um grande mandato e será eleito novamente para governar para todos, e não só para um grupo, porque Deus não quer certamente ninguém que governe para o

Quando fui Prefeita de Fortaleza, eu governei para todas e para todos. E eu tinha que proteger e ajudar quem mais precisava do poder público.

Bolsonaro é homofóbico! Bolsonaro é racista! Bolsonaro é machista! E Bolsonaro é ladrão! É ladrão, sim, porque fez desvios e comprou 51 imóveis com dinheiro vivo! Ele e seus filhos são ladrões!

Lula, Presidente, para salvar o Brasil!

Muito obrigada, Sra. Presidente.
